Participação Política

Political Participation

O delírio, 1987

Delirium

Iberê Camargo

Political Participation

Ednaldo Ribeiro¹

Julian Borba²

An analysis of the political culture and of the participation patterns in effect since the enactment of the Federal Constitution of Brazil of 1988 has pointed out that Brazilians have become neither more democratic, nor more participative. At best, we would have a relatively stable pattern, with recurrent episodes of reduction in different indicators, by means of which voters assess the political institutions, their adherence to democratic rules and involvement in electoral and non-electoral forms of participation (RIBEIRO; BORBA; CASALECHI, 2018). Likewise, assessments of the performance of the party and electoral systems in Brazil pointed to a double pattern. On the one hand, a stable dispute for the most important position in Brazil since 1994 – the Presidency of the Republic, with coalitions around the Workers' Party (PT) and the Brazilian Social Democracy Party (PSDB) – winning six elections in a row. Such national polarization was reflected in the elections for governor, by means of blocks led by both parties. On the other hand, though still in the field of the party system, we had had a scenario of increasing fragmentation in the legislative assembly since 2002. That fragmentation already pointed to an increase in the instability of the system (CARREIRÃO, 2014).

¹ PhD in Sociology from the Federal University of Paraná – UFPR and Associate Professor of the State University of Maringá – UEM and of the Program of Political Science of the UFPR.

² PhD in Political Science from the Federal University of Rio Grande do Sul – UFRGS and Associate Professor of the Federal University of Santa Catarina – UFSC.

Participação Política

Ednaldo Ribeiro¹

Julian Borba²

Uma análise da cultura política e dos padrões de participação desde a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 indicou que durante este período, os brasileiros não se tornaram nem mais democráticos, nem mais participativos. Na melhor das hipóteses teríamos um padrão relativamente estável, com recorrentes episódios de redução, em diferentes indicadores da avaliação que os eleitores fazem das instituições políticas, da sua adesão às normas democráticas e do seu envolvimento em formas eleitorais e não eleitorais de participação (RIBEIRO; BORBA; CASALECHI, 2018). Da mesma forma, avaliações sobre o funcionamento do sistema partidário e eleitoral do País, indicavam para um duplo padrão. Por um lado, uma estabilidade na disputa eleitoral pelo cargo mais importante no País (desde 1994) – a presidência da República, com coligações em torno do Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sagrando-se vitoriosas em seis pleitos consecutivos. Tal polarização nacional se refletia nas eleições para governador, através de blocos liderados por ambos partidos. Por outro lado, mas ainda no campo do sistema partidário, tínhamos um cenário de fragmentação partidária crescente no legislativo desde 2002. Essa fragmentação, já indicava um aumento da instabilidade do sistema (CARREIRÃO, 2014).

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Programa de Ciência Política da UFPR.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Seemingly, the sum of the political and economic crises that Brazil has faced since 2013 has caused deep changes in this scenario and leveraged its elements of instability. The electoral results of 2018 seemed to be the biggest evidence of that.

We believe that such results are only understandable due to the persistent dissatisfaction of the population in relation to the practical results of the institutions and of the performance of its operators. That democratic deficit, associated to a context of economic and political crisis, has produced high rates of political distrust, which led, in turn, to radical changes in the vote destination: the increase of electoral abstention and of the percentage of blank and void votes; the increase of the party fragmentation in the legislative assembly; and the electoral decline of the traditional parties and emergence of new political forces in Brazil.

The data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE on the 2018 elections help us understand this scenario. In global terms, the critical argument in relation to the traditional authorities has been followed by the reduction in the participation of citizens in the voluntary electoral processes and by the increase in the blank and void votes in the mandatory ones (BLAIS; RUBENSON, 2012).

In the Brazilian case, that happens in a context of significant improvement in the electoral infrastructure and continuous increase of the electorate. Comparing the data from 2014 and 2018, we notice an increase of 542,496 voters, adding up to 146,805,548. The electorate, which was distributed among 473,797 sections in 2016, had 479,516 sections in 2018, which represents an increase by more than 5,000 units. The biggest gains took place in the North and Northeast Regions, where 712 and 1,278 new sections were created, respectively (Table 8.1).

Despite the structural improvement, we notice that electoral abstention has hit its highest percentage since 1998, 20.3%. Concerning blank and void votes, albeit part of the invalidation can be caused by voter errors, it is reasonable to suppose that part of it represents dissatisfaction with the available alternatives. In Brazil, evidences of dissatisfaction can be noticed when observing in Table 8.2 the average percentages of 3.9 and 11.1 points in the elections for state governors, highlighted by the state of Pernambuco, which registered 6.84% of blank votes and 22.9% of void votes. Those data represent a significant rise in relation to the state elections in 2014, which recorded a total 6.22% of blank and void votes (CASALECCHI, 2018). Table 8.4 presents the data for the presidential election and points out a national average of 2.0% and 5.6% for blank and void

Ao que tudo indica, o somatório das crises política e econômica que o País atravessou desde 2013 provocaram profundas alterações neste cenário e potencializaram os seus elementos de instabilidade. Os resultados eleitorais de 2018 parecem ter sido a maior evidência disso.

Acreditamos que tais resultados somente são compreensíveis diante do persistente descontentamento da população em relação aos resultados práticos das instituições e do desempenho dos seus operadores. Esse déficit democrático, associado a um contexto de crise econômica e política, gerou altas taxas de desconfiança política, se refletindo, por sua vez, em mudanças radicais no destino do voto: o aumento da abstenção eleitoral, e no percentual de votos brancos e nulos; a ampliação da fragmentação partidária no legislativo; e o declínio eleitoral dos partidos tradicionais e o surgimento de novas forças políticas no País.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as eleições de 2018 colaboram para a compreensão desse cenário. Em termos globais o discurso crítico em relação às autoridades tradicionais tem sido acompanhado pela redução da participação dos cidadãos em processos eleitorais facultativos e pelo aumento das anulações e votos brancos em contextos de obrigação (BLAIS; RUBENSON, 2012).

No caso brasileiro, isso ocorre em um contexto de significativa melhora da infraestrutura eleitoral e ampliação contínua do eleitorado. Comparando os dados de 2014 e 2018, observamos um acréscimo de 542 496 eleitores, chegando ao total 146 805 548. Esse eleitorado, que em 2016 se encontrava distribuído entre 473 797 seções, no pleito de 2018 tinha à sua disposição 479 516 seções, o que representa um acréscimo de mais de 5 000 unidades. Os maiores ganhos ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste, com a criação de 712 e 1 278 novas seções, respectivamente (Tabela 8.1).

A despeito dessa melhoria estrutural, constatamos que a abstenção eleitoral atingiu agora o seu maior percentual desde 1998, alcançando 20,3%. No que diz respeito aos votos brancos e nulos, ainda que parte das anulações possa ser resultado de erro do eleitor, é plausível supor que parte represente a manifestação de descontentamento com as alternativas disponíveis. Em nosso País podemos observar índices dessa insatisfação ao constataremos na Tabelas 8.2 percentuais médios de 3,9 e 11,1 pontos nas eleições para os executivos estaduais, com destaque para o Estado de Pernambuco que registrou 6,84% de brancos e 22,9% de nulos. Esses dados representam uma considerável elevação em relação às eleições estaduais de 2014, que registraram 6,22% de brancos e nulos somados (CASALECCHI, 2018). A Tabela 8.4 apresenta os dados para a eleição presidencial e indica média nacional 2,0% e

votes, respectively, highlighted by São Paulo, with 3.06% of blank votes and 8.35% of void votes.

The scenario that emerged from the ballots in 2018 redesigned the national political game. Those who attended the elections distributed their votes along 35 parties, listed in Chart 8.1, increasing the scenario of party fragmentation, which had been growing since the elections in 2002. Between 1989 and 2002, an average of 18 parties were represented in the House of Representatives, a figure that changes to 20 in 2006, to 22 in 2010, to 28 in 2014, and hit 30 in 2018. In comparative terms, Nicolau (2017) presents data compiled by Michael Gallagher relative to 1,167 elections for lower houses between 1919 and 2015 in 137 countries, showing that out of the four elections that produced the biggest fragmentation in the world in these houses, three were the elections of 2006, 2010 and 2014 in Brazil.

Table 8.3 summarizes those significant changes in the composition of the executive and legislative powers, both in the states and in the federal government. Winning three disputes for the executive state power, the Social Liberal Party - PSL caught up with the PSDB and the Brazilian Democratic Movement - MDB. Comparing the data from 2010 and 2014, quite significant changes were noticed in the party scenario of state governments. In 2010, six parties had elected governors, a figure that turned into nine, in 2014, and into 13, in 2018. In terms of party power, the PSDB was the party that elected most governors in 2010, eight, followed by the Brazilian Socialist Party, with six. They were followed by the PT and MDB with five, and, lastly, by the Democrats - DEM, with two and the Party of National Mobilization - PMN, with one. In the elections of 2014, the MDB was the party that elected most governors, expanding to seven the number of elected governors, the PSDB decreased to five and the PT remained stable, also with five elected governors. Elected governors from the PSB declined to three, the Democratic Labor Party - PDT and the Social Democratic Party - PSD elected two, and the Communist Party of Brazil - PCdoB, the Progressive Party - PP and the Republican Party of Social Order - PROS, one governor. In 2018, the PT elected the biggest number of governors, four, followed by the MDB, PSL and PSB, with three each. They were followed by the PSD, the Social Christian Party - PSC and DEM, with two. Finally, PDT, PP, PCdoB, the Humanist Party of Solidarity - PHS and Novo elected one governor each.

A general analysis of the results shows that the fragmentation gradually increases from 2010 to 2018, thus decreasing the electoral power of the parties. If, in 2010, the major party controlled eight states, it counted on half of that in 2018. Moreover, the election of

5,6%, respectivamente para brancos e nulos, tendo como destaques São Paulo, com 3,06% de votos brancos e 8,35% de anulações.

O cenário que emergiu das urnas em 2018 redesenhou o jogo político nacional. Aqueles que compareceram distribuíram seus votos por 35 partidos, listados no Quadro 8.1, ampliando o cenário de fragmentação partidária, que já vinha aumentando desde as eleições de 2002. Entre 1989 e 2002 havia uma média de 18 partidos representados na Câmara dos Deputados, número que passa para 20 em 2006, 22 em 2010, 28 em 2014, chegando a 30 em 2018. Em termos comparativos, Nicolau (2017) apresenta dados compilados por Michael Gallagher relativos a 1 167 eleições para câmaras baixas entre 1919 e 2015 em 137 países, mostrando que entre as quatro eleições que produziram a mais alta fragmentação do mundo nestas câmaras, três delas foram as eleições de 2006, 2010 e 2014 no Brasil.

A Tabela 8.3 sintetiza essas mudanças significativas na composição dos poderes Executivo e Legislativo tanto nos estados quanto no Governo Federal. Nas disputas pelos executivos estaduais, o Partido Social Liberal (PSL) saindo vitorioso em três estados, alcançou o PSDB e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Comparando com dados de 2010 e 2014, verificam-se alterações bastante significativas também no quadro partidário nos governos estaduais. Em 2010, seis partidos haviam eleito governadores, número que passa para nove em 2014, e 13 em 2018. Em termos de força partidária, em 2010 o PSDB foi o partido que elegeu mais governadores, oito, seguido pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), com seis. Logo em seguida apareciam PT e PMDB com cinco, e, por fim, Democratas (DEM), com dois e Partido da Mobilização Nacional (PMN), com um. Já nas eleições de 2014 o PMDB foi o partido que mais elegeu governadores, ampliando para sete o número de eleitos, o PSDB diminuiu para cinco e o PT ficou estável, também com cinco governadores eleitos. O PSB declinou para três, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Social Democrático (PSD) elegeram dois, e os Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Progressista (PP) e Partido Republicano da ordem Social (PROS), um governador. Em 2018 foi a vez do PT eleger o maior número de governadores, quatro, seguido por PMDB, PSL e PSB com três. Em seguida aparecem Partido Social Cristão (PSC), PSC e DEM com dois. Por fim, com um governador cada, temos PDT, PP, PCdoB, Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e Novo.

Numa análise geral dos resultados, o que impressiona é que a fragmentação aumenta gradativamente de 2010 a 2018, diminuindo com isso a força eleitoral relativa dos partidos. Se em 2010 a principal legenda controlava oito estados, em 2018

2018 seemed to break the logic in which the central parties in the presidential dispute, hitherto the PSDB and PT, would coordinate the state political game, having the MDB as a third independent force. This is visible both in terms of the electoral decline of the PSDB and MDB and the emergence of relevant new party powers in the dispute, like the PSL, which elected three governors and also the president of the Republic. Other relevant data that evidence the size of the party fragmentation that resulted from the last elections are those related to the parties of vice-governors elected in 2018. According to Table 8.3, vice-governors were elected by 20 different parties.

In spite of the significant power of the traditional parties, like the MDB (92 elected), PT (83 elected) and PSDB (73 elected), less relevant parties conquered a big number of chairs in the state assemblies, in which the PSL (76 elected) stood out. An example of the dimension of the changes in the composition of the state benches can be seen when such data are compared with those from 2014. In that election, the same parties elected 142 (MDB), 108 (PT) and 97 (PSDB). In that same election, the PSL elected only 17 representatives. Together, the first three parties had more than 40% of the chairs of the state parliaments in 2010, declining to 33% in 2014 and reaching 24% in 2018.

Nevertheless, the changes are more significant at federal level. The PSL managed to elect 52 representatives for the House of Representatives, standing only behind the PT (with less three chairs) and much ahead of the MDB (34 federal representatives elected) and PSDB (with 29 federal representatives). Resuming the comparison with data from previous elections, the PSL had elected only one federal representative in 2014. On the other hand, the three biggest elected 70 (PT), 66 (MDB) and 54 (PSDB). These three parties together controlled more than 37% of the federal representatives in 2014. In 2018, this figure retreated to 23%.

In the Senate, the election of 2018 renewed two-thirds of the house. In that election, the MDB elected seven senators, Rede Sustentabilidade, five, PP, five, and, with four elected ones, we had the PT, PSDB, DEM and PSD in addition to the PSL (Table 8.3). In the overall picture, 20 parties elected senators in 2018. In order to assess the strength of the changes towards the fragmentation of the system, the number of parties that elected senators hit 15 in the last election in which two-thirds of the house (2010) were replaced. Still comparing with previous elections, while the three biggest parties – PT, MDB and PSDB – had 32% of the senators in 2010, this figure declines to slightly more than 15% from 2018 onward.

passou a contar com metade disso. Ademais, a eleição de 2018 parece ter quebrado aquela lógica de que os partidos centrais na disputa presidencial, até então PSDB e PT, coordenariam o jogo político estadual, com o MDB sendo uma terceira força independente. Isso é visível tanto pelo declínio eleitoral de PSDB e MDB, quanto pelo surgimento de novas forças partidárias relevantes na disputa, como PSL, que além de eleger três governadores, elegeu também o presidente da República. Um outro dado relevante e demonstrativo do tamanho da fragmentação partidária que resultou das últimas eleições é relativo aos partidos dos vice-governadores eleitos em 2018. Conforme a Tabela 8.3, os vice-governadores foram eleitos por 20 diferentes partidos.

Nas assembleias estaduais, apesar de legendas tradicionais continuarem com força expressiva, como MDB (92 eleitos), PT (83 eleitos) e PSDB (73 eleitos), partidos com pouca relevância até então conquistam um grande número de cadeiras, com destaque absoluto para o PSL (76 eleitos). Um exemplo do tamanho das mudanças na composição das bancadas estaduais pode ser verificado quando se comparam tais dados com 2014. Naquela eleição, os mesmos partidos elegeram 142 (PMDB), 108 (PT), 97 (PSDB). Nesse mesmo pleito o PSL elegeu apenas 17 deputados. Juntos, os três primeiros partidos possuíam mais de 40% das cadeiras dos parlamentos estaduais em 2010, declinando para 33% em 2014, e chegando a 24% em 2018.

É no nível federal, todavia, que as alterações são mais significativas. O PSL conseguiu eleger 52 deputados para a Câmara dos Deputados, ficando atrás apenas do PT (com três cadeiras a menos) e muito à frente do MDB (34 deputados federais eleitos) e PSDB (com 29 deputados federais). Retomando a comparação com dados de eleições anteriores, em 2014 o PSL havia eleito apenas um deputado federal. Já os três maiores, elegeram 70 (PT), 66 (PMDB) e 54 (PSDB). Os três partidos controlavam juntos mais de 37% dos parlamentares federais em 2014. Em 2018 este número declina para 23%.

No Senado, a eleição de 2018 renovou $\frac{2}{3}$ da casa. Nesta eleição, o MDB elegeu sete senadores, a Rede Sustentabilidade, cinco, PP, cinco, e, com quatro eleitos, tivemos, além do PSL, o PT, PSDB, DEM e PSD (Tabela 8.3). No quadro geral, 20 partidos elegeram senadores em 2018. Para avaliar a força das mudanças rumo à fragmentação do sistema, na última eleição em que foram substituídos $\frac{2}{3}$ da casa (2010), o número de partidos que elegeram senadores chegou a 15. Comparando ainda com eleições anteriores, enquanto os três maiores partidos (PT, PMDB e PSDB) possuíam 32% do total de senadores em 2010, a partir de 2018 este número declina para pouco mais de 15%.

The whole set of data discussed points out a picture of significant changes in the national politics, leveraged by negative attitudes and willingness of the electorate in relation to the national political institutions and leaderships. Seemingly, the persistent political distrust has undermined the civic engagement of our electorate and has also worsened the already worrying fragmentation of our party system. The reconfiguration of the political forces at national and state level is undeniable and the future will tell about its consequences on governability and also on the worn relationship between citizenship, political institutions and its operators.

References

BLAIS, A.; RUBENSON, D. The source of turnout decline: new values or new contexts? *Comparative Political Studies*, London, v.46, n.1, p. 95-117, 2012. Available from: <<https://journals.sagepub.com/loi/cps?year=2013>>. Cited: May 2019.

CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 14, p. 255-295, 2014. Available from: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/archive>>. Cited: May 2019.

CASALECCHI, G. A. Participação política. *Brazil in Figures*, Rio de Janeiro, v. 26, 2018. Available from: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72>>. Cited: May 2019.

NICOLAU, J. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). *Journal of Democracy em Português*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 90-113, 2017. Available from: <<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>. Cited: May 2019.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; CASALECCHI, G. A constituição cidadã e a cultura política: uma sociedade mais participativa e democrática? In: HOLLANDA, C. B. de; VEIGA, L. F.; AMARAL, O. E. do (Org.). *A Constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba ; Rio de Janeiro: Ed. UFPR : Konrad Adenauer Stiftung, 2018. (Pesquisa). p. 7-46.

Translated by: La-Fayette Côrtes Neto

O conjunto dos dados discutidos indicam um quadro de mudanças consideráveis na política nacional impulsionadas por disposições e atitudes negativas do eleitorado em relação às lideranças e instituições políticas nacionais. A desconfiança política persistente, ao que tudo indica, tem fragilizado o engajamento cívico de nosso eleitorado e também agravado a já preocupante fragmentação de nosso sistema partidário. A reconfiguração das forças políticas no contexto nacional e também nos estados é inegável e o futuro nos dirá as suas consequências sobre a governabilidade e também sobre a desgastada relação entre cidadania, instituições políticas e seus operadores.

Referências

BLAIS, A.; RUBENSON, D. The source of turnout decline: new values or new contexts? *Comparative Political Studies*, London, v.46, n.1, p. 95-117, 2012. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/loi/cps?year=2013>>. Acesso em: maio 2019.

CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 14, p. 255-295, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/archive>>. Acesso em: maio 2019.

CASALECCHI, G. A. Participação política. *Brasil em números*, Rio de Janeiro, v. 26, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72>>. Acesso em: maio 2019.

NICOLAU, J. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). *Journal of Democracy em Português*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 90-113, 2017. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>. Acesso em: maio 2019.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; CASALECCHI, G. A constituição cidadã e a cultura política: uma sociedade mais participativa e democrática? In: HOLLANDA, C. B. de; VEIGA, L. F.; AMARAL, O. E. do (Org.). *A Constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba; Rio de Janeiro: Ed. UFPR; Konrad Adenauer Stiftung, 2018. (Pesquisa). p. 7-46.

**Tabela 8.1 - Média de eleitores por seção,
seções e eleitores existentes - 2018**

Table 8.1 - Average voters by polling section, polling sections and voters - 2018

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federation Units</i>	Média de eleitores por seção/ <i>Average voters by polling section</i>	Seções/ <i>Polling sections</i>	Eleitores existentes/ <i>Voters</i>
Brasil /Brazil	306	479 516	146 805 548
Norte/North	288	39 989	11 535 807
Rondônia	253	4 654	1 175 733
Acre	252	2 174	547 680
Amazonas	325	7 466	2 428 098
Roraima	258	1 291	333 464
Pará	296	18 553	5 499 283
Amapá	301	1 704	512 110
Tocantins	251	4 147	1 039 439
Nordeste/Northeast	281	139 731	39 222 149
Maranhão	244	18 604	4 537 237
Piauí	237	9 988	2 370 894
Ceará	264	24 001	6 344 483
Rio Grande do Norte	305	7 782	2 373 619
Paraíba	274	10 472	2 867 649
Pernambuco	314	20 897	6 570 072
Alagoas	332	6 587	2 187 967
Sergipe	294	5 364	1 577 058
Bahia	288	36 036	10 393 170
Sudeste/Southeast	332	192 410	63 904 445
Minas Gerais	311	50 534	15 700 966
Espírito Santo	304	9 058	2 754 728
Rio de Janeiro	348	35 650	12 408 340
São Paulo	340	97 168	33 040 411
Sul/South	302	70 801	21 396 031
Paraná	298	26 792	7 971 087
Santa Catarina	312	16 275	5 070 212
Rio Grande do Sul	301	27 734	8 354 732
Centro-Oeste/Central-West	294	36 585	10 747 116
Mato Grosso do Sul	274	6 848	1 877 982
Mato Grosso	291	8 020	2 330 281
Goiás	302	14 764	4 454 497
Distrito Federal	300	6 953	2 084 356

Fonte/Source : Repositório de Dados Eleitorais. Eleitorado. Eleições 2018. In: Tribunal Superior Eleitoral. Eleitor e eleições. Brasília, DF: TSE, 2018. Disponível em/Available from: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>> Acesso em: jan. 2019 /Cited: Jan. 2019.

Nota: Dados de dezembro de 2018./ Note: Data of December 2018.

**Tabela 8.2 - Distribuição percentual dos resultados da apuração
para governador - 2018**

Table 8.2 - Percentage distribution of vote cast for governor - 2018

Unidades da Federação e exterior/ <i>Federation Units and abroad</i>	Distribuição percentual (%) / <i>Percentage distribution (%)</i>		
	Votos válidos/ <i>Valid votes</i>	Votos brancos/ <i>Blank votes</i>	Votos nulos/ <i>Void votes</i>
Rondônia	87,19	3,23	9,58
Acre	94,06	1,63	4,31
Amazonas	91,48	1,55	6,97
Roraima	94,16	1,37	4,47
Pará	87,72	2,63	9,64
Amapá	92,96	1,56	5,48
Tocantins	84,79	1,73	13,48
Maranhão	87,38	2,89	9,73
Piauí	86,95	3,17	9,89
Ceará	82,47	4,70	12,83
Rio Grande do Norte	86,90	3,07	10,03
Paraíba	79,02	4,67	16,31
Pernambuco	70,17	6,84	22,99
Alagoas	76,50	6,10	17,39
Sergipe	80,06	3,89	16,05
Bahia	81,97	3,82	14,21
Minas Gerais	79,86	5,25	14,90
Espírito Santo	86,92	5,17	7,92
Rio de Janeiro	81,79	4,69	13,51
São Paulo	80,15	5,52	14,33
Paraná	85,37	5,84	8,78
Santa Catarina	86,63	4,87	8,50
Rio Grande do Sul	86,73	5,17	8,10
Mato Grosso do Sul	88,36	3,67	7,97
Mato Grosso	81,46	5,49	13,05
Goiás	83,54	5,13	11,33
Distrito Federal	88,92	3,70	7,38

Fonte/*Source*: Estatísticas. Repositório de dados eleitorais. In: Tribunal Superior eleitoral. Eleitor e eleições. Brasília, DF: TSE, 2018. Disponível em/ *Available from*: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: jan. 2019/
Cited: Jan. 2019.

Tabela 8.3 - Candidatos eleitos por cargo, segundo os partidos políticos - 2018

Table 8.3 - Candidates elected by political party - 2018

(continua/to be continued)

Partido político/ Political party	Deputado Distrital/ District Deputy	Deputado Estadual/ State Deputy	Deputado Federal/ Federal Deputy	Governador/ Governor
Total	24	1 035	513	27
AVANTE	2	13	7	-
DC	-	10	1	-
DEM	-	53	29	2
MDB	1	92	34	3
NOVO	1	11	8	1
PATRI	-	16	5	-
PC do B	-	21	9	1
PCB	-	-	-	-
PCO	-	-	-	-
PDT	2	51	28	1
PHS	1	14	6	1
PMB	-	3	-	-
PMN	-	6	3	-
PODE	1	21	11	-
PP	1	69	38	1
PPL	-	4	1	-
PPS	-	21	8	-
PR	1	42	33	-
PRB	2	40	30	-
PROS	2	18	8	-
PRP	1	11	4	-
PRTB	-	16	-	-
PSB	2	63	32	3
PSC	1	29	8	2
PSD	1	57	34	2
PSDB	-	73	29	3
PSL	-	76	52	3
PSOL	1	17	10	-
PSTU	-	-	-	-
PT	2	83	55	4
PTB	-	31	10	-
PTC	1	11	2	-
PV	-	27	4	-
REDE	1	7	1	-
SOLIDARIEDADE	-	29	13	-

Tabela 8.3 - Candidatos eleitos por cargo, segundo os partidos políticos - 2018

Table 8.3 - Candidates elected by political party - 2018

(conclusão/concluded)

Partido político/ Political party	Vice- governador/ Vice-governor	Senador/ Senator	Presidente/ President	Vice-presidente/ Vice-president
Total	27	54	1	1
AVANTE	1	-	-	-
DC	-	-	-	-
DEM	2	4	-	-
MDB	1	7	-	-
NOVO	1	-	-	-
PATRI	-	-	-	-
PC do B	2	-	-	-
PCB	-	-	-	-
PCO	-	-	-	-
PDT	3	2	-	-
PHS	1	2	-	-
PMB	-	-	-	-
PMN	-	-	-	-
PODE	-	1	-	-
PP	1	5	-	-
PPL	-	-	-	-
PPS	-	2	-	-
PR	1	1	-	-
PRB	1	1	-	-
PROS	2	1	-	-
PRP	-	1	-	-
PRTB	1	-	-	1
PSB	1	2	-	-
PSC	1	1	-	-
PSD	1	4	-	-
PSDB	1	4	-	-
PSL	2	4	1	-
PSOL	-	-	-	-
PSTU	-	-	-	-
PT	2	4	-	-
PTB	1	2	-	-
PTC	1	-	-	-
PV	-	-	-	-
REDE	-	5	-	-
SOLIDARIEDADE	-	1	-	-

Fonte/Source: Estatísticas. Repositório de dados eleitorais. Eleições 2018. In: Tribunal Superior Eleitoral. Eleitore eleições. Brasília, DF: TSE, 2018. Disponível em/Available from: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em jan. 2019/ Cited: Jan. 2019.

Nota: Dados de dezembro de 2018./Note: Data of December 2018.

Gráfico 8.1 - Governadores eleitos, por partido político - 2018

Graph 8.1 - Governors elected, by political party - 2018

Fonte/Source: Repositório de Dados Eleitorais. Eleitorado. Eleições 2018. In: Tribunal Superior Eleitoral. Eleitor e eleições. Brasília, DF: TSE, 2018. Disponível em/Available from: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: jan. 2019/Cited: Jan. 2019.

Nota: Dados de dezembro de 2018./Note: Data of December 2018.

Gráfico 8.2 - Senadores eleitos, por partido político - 2018

Graph 8.2 - Senators elected, by political party - 2018

Fonte/Source: Estatísticas de eleitorado. Eleições 2018. In: Tribunal Superior Eleitoral. Eleitor e eleições. Brasília, DF: TSE, 2018. Disponível em/Available from: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: jan. 2019/Cited: Jan. 2019.

Quadro 8.1 - Partidos políticos com votação - 2018

Figure 8.1 - Political parties with votes - 2018

Sigla/Initials	Partido/Party
AVANTE	Partido Avante
DC	Partido Democrata Cristã
DEM	Partido Democrata
MDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
NOVO	Partido Novo
PATRI	Partido Patriota
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PODE	Partido Podemos
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democrata Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido do Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade

Fonte/Source : Partidos políticos registrados no TSE. In: Tribunal Superior Eleitoral. Partidos. Brasília, DF: TSE, 2018. Disponível em/Available from : <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: jan. 2019/Cited : Jan. 2019.

Nota: Dados de Dezembro de 2018. / Note: Data of December 2018.